

O ensino de Sociologia

Amurabi Oliveira

19

Podemos afirmar que a Sociologia é uma disciplina acadêmica bastante consolidada no Brasil e no mundo, constituindo uma ciência dinâmica e plural voltada para o estudo do mundo moderno. Todavia, a análise da Sociologia como disciplina escolar ainda é incipiente no plano internacional, alcançando um *status* singular no Brasil na última década. Ainda que possamos interpretar que o ensino de Sociologia representa um subcampo acadêmico, inserido no campo da Sociologia, talvez seja mais preciso indicar que esse é um campo em processo de autonomização.

Em termos históricos, o ensino de Sociologia na educação secundária brasileira data do final do século 19, com algumas experiências pontuais, sendo paulatinamente ampliado com as reformas Rocha Vaz, em 1925, e Francisco Campos, em 1931. Concomitantemente a esse processo, surgem os primeiros cursos de graduação em Ciências Sociais, que se tornaram o principal *locus* formativo dos professores de Sociologia:

- 1933 Escola Livre de Sociologia;
- 1934 Universidade de São Paulo;
- 1935 Universidade do Distrito Federal;
- 1938 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná;
- 1941 Faculdade de Filosofia da Bahia.

Com o fim dos cursos complementares em 1942, no contexto da Reforma Capanema, a Sociologia foi retirada da educação secundária, permanecendo apenas

nas escolas normais e, relativamente dissolvida, em outras disciplinas escolares, principalmente na de Organização Social e Política do Brasil (OSPB),¹ a partir da década de 1960, uma vez que os licenciados em Ciências Sociais estavam habilitados para lecionar essa disciplina.

A partir da redemocratização, a Sociologia foi ganhando espaço nos currículos estaduais, algo impulsionado também pelas entidades profissionais, como a Federação Nacional dos Sociólogos. Na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), a Sociologia e a Filosofia foram consideradas conhecimentos que os egressos do ensino médio deveriam possuir para o exercício da cidadania. Porém, somente após a publicação da Resolução CNE/CEB nº 4/2006, na qual o Conselho Nacional de Educação manifestou-se favorável à inclusão dessas disciplinas no currículo escolar – o que foi consolidado com a Lei nº 11.648/2008 –, é que a Sociologia passou a ser obrigatória em todos os anos do ensino médio.

Com essa obrigatoriedade, houve um processo de ampliação dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, que, nas universidades federais, foi impulsionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Os cursos já existentes passaram a ser repensados, devido ao advento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e, recentemente, da Residência Pedagógica. Em que pese a descontinuidade da Sociologia no currículo escolar, observou-se um rápido crescimento da produção acadêmica na área, o que é atestado pelos diversos balanços bibliográficos que examinam artigos, teses e dissertações produzidos sobre o tema. Também foram acumuladas experiências pedagógicas, oriundas principalmente de uma maior aproximação entre a universidade e a escola no contexto das novas políticas educacionais, como a inserção da Sociologia no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Com a Reforma do Ensino Médio em 2017, esse processo de expansão da Sociologia foi impactado pela perda da sua obrigatoriedade, fato que ocorreu com as demais disciplinas, à exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Soma-se a isso a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que não apresentou uma organização disciplinar do currículo do ensino médio, dando apenas orientações mais gerais por áreas de conhecimento. Todavia, a Sociologia segue sendo ensinada nos currículos estaduais, seus cursos de formação de professores continuam atuantes, inclusive com o advento do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), cujas primeiras turmas ingressaram em 2018.

Também ganhou fôlego nos últimos anos a discussão acadêmica sobre o ensino de Sociologia, como atesta o Grupo de Trabalho (GT) em Ensino de Sociologia, em funcionamento desde 2005 no Congresso Brasileiro de Sociologia; o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), organizado bianualmente desde 2009; além da fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs), em 2012. Somam-se a esse debate as discussões promovidas

¹ Essa disciplina foi proposta por Anísio Teixeira (1900-1971), ainda no governo de João Goulart (1919-1976), tendo sido mantida pela ditadura militar, período no qual sofreu uma substancial reorientação ideológica, mantendo-se no currículo escolar até 1993.

pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), que têm organizado GTs voltados para o debate sobre o ensino das Ciências Sociais, em distintas modalidades educacionais.

No plano internacional, o cenário se mostra profundamente heterogêneo. Em diversos países, a Sociologia consta como disciplina na educação pós-obrigatória, seja como obrigatória em algumas orientações, como no caso da Argentina e do Uruguai, ou ainda como disciplina optativa, como no caso de Portugal e da Espanha. Nos Estados Unidos, há uma longa tradição no debate sobre o ensino de Sociologia, como atesta a fundação em 1973 pela Associação Americana de Sociologia da revista *Teaching Sociology*. Há ainda países em que a Sociologia surge combinada com outras disciplinas escolares, como no caso francês, no qual encontramos a disciplina Ciências Socioeconômicas.

Considerando as intensas transformações ocorridas nos últimos anos, faz-se necessária uma reflexão que incida sobre o ensino de Sociologia. Nesse sentido, o presente número da revista *Em Aberto* mostra-se fundamental para a consolidação do debate nessa área, com base não apenas na realidade brasileira, como também em outros contextos que encontramos em países como Argentina e Espanha.

Na seção Enfoque, o artigo "Ensino de Sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas", escrito por Amurabi Oliveira, realiza um balanço geral sobre o ensino de Sociologia no Brasil, enfocando o período entre 2008 e 2017, quando essa ciência constava como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro. Em sua análise, o autor destaca tanto as transformações que essa disciplina sofreu ao longo de seu processo de institucionalização quanto os avanços e os retrocessos que ocorreram no âmbito do currículo escolar, do livro didático e da formação de professores.

A seção Pontos de Vista traz o artigo de autoria de Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho e Gustavo Cravo Azevedo, intitulado "Federalismo brasileiro e implantação da Sociologia no ensino médio: o caso do estado do Rio de Janeiro de 2009 a 2018". Nesse trabalho, os autores analisam a articulação entre o governo federal e os governos estaduais para enfrentar os grandes desafios do ensino médio, levando em conta a dinâmica federativa consagrada no texto da Constituição Federal de 1988. De forma mais específica, eles investigam a implantação da disciplina de Sociologia no ensino médio, do Brasil, a partir de 2009, com sua obrigatoriedade na grade curricular.

Leandro Raizer, Célia Elizabete Caregnato e Thiago Ingrassia Pereira, em "A formação de professores de Sociologia no Brasil: avanços e desafios", tratam da questão da adequada formação dos professores do ensino médio no contexto da reforma educacional delimitada a partir de três normatizações legais: a Lei nº 13.415/2017, a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Segundo os autores, a relação entre adequação docente e formação qualificada para a aprendizagem e o desempenho dos estudantes não depende apenas de políticas que reformem estruturas curriculares e formativas no ensino médio, mas também da ação dos professores e da equipe escolar.

Em “O ProfSocio: sujeitos e temas pesquisados”, Danyelle Nilin Gonçalves se volta para o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, que está presente em três diferentes regiões brasileiras (Sul, Sudeste e Nordeste), em instituições públicas de pesquisa (federais e estaduais). Nesse artigo, ela apresenta o perfil dos alunos e um panorama das questões tratadas em seus trabalhos, atentando sobretudo para as contribuições que esses produtos estão oferecendo ao ensino de Sociologia na educação básica, constatando-se o predomínio das dissertações sobre as propostas de intervenção pedagógica e de material didático.

Julia Polessa Maçaira, em “As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016)”, parte do conceito de geração elaborado por Karl Mannheim (1893-1947), argumentando que houve entre 1920 e 2016 três distintas gerações. Nesse artigo, ela identificou a primeira geração como um conjunto de manuais publicados entre os anos 1920 e 1940 que contribuiu para o processo de rotinização das Ciências Sociais; a segunda geração compreende o início dos anos 1980 e meados dos anos 2000 e tem como marca a heterogeneidade curricular dos materiais, reflexo de uma recontextualização pedagógica em formação; e a terceira geração está diretamente relacionada à influência de uma vultosa política pública educacional, o PNLCD, do Ministério da Educação (MEC), nos anos de 2010.

O último artigo de autores brasileiros é “Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística”, de Cristiano das Neves Bodart e Welkson Pires, que elaboram uma proposta metodológica para a pesquisa sobre os processos de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil a partir dos trabalhos de manualística. Para os autores, uma análise que contempla as dimensões interna e externa dos manuais, entre outros aspectos, deve incluir: i) os interesses que impulsionaram tal campo disciplinar; ii) as configurações curriculares da Sociologia escolar; e iii) os aportes estruturais que sustentam e legitimam o referido componente escolar.

Partindo do caso argentino, Diego Ezequiel Pereyra e Lautaro Lazarte, em “La enseñanza de la Sociología en conflicto: un recorrido por la huelga de estudiantes de Sociología en Buenos Aires en 1963”, analisam a criação do primeiro curso de Sociologia na Argentina em 1957, que ocorreu sob a liderança do sociólogo italiano Gino Germani (1911-1979) da Universidade de Buenos Aires, considerada como o passo decisivo na institucionalização da Sociologia naquele país. Apesar da adesão ao processo inicial conduzido por Germani, os autores analisam os processos contestatórios por parte dos estudantes que culminaram com uma greve estudantil em 1963, buscando novas interpretações acerca de suas razões, da ação dos agentes e de suas consequências institucionais.

Finalizando a seção Pontos de Vista, David Gil Solsona, Raquel Clares Sánchez e Carles Vera Gómez, em “La decadencia de la Sociología en la enseñanza secundaria en España: un análisis del impacto de la Lomce en la Sociología en la educación media postobligatoria”, investigam como a *Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa* (Lomce) afetou o ensino de Sociologia na educação secundária pós-obrigatória em todas as regiões da Espanha, com ênfase na comunidade autônoma

de Valência. Observaram que com essa nova legislação houve a exclusão da Sociologia do currículo escolar de todas as comunidades autônomas espanholas, com exceção da Catalunha.

Na seção Espaço Aberto, encontramos a entrevista com a professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva, realizada por Marcelo Pinheiro Cigales. Nessa entrevista, a professora não apenas nos apresenta sua trajetória como pesquisadora nesse campo, com destaque para sua atuação como agente na área das políticas educacionais, mas também realiza uma análise das perspectivas para o ensino de Sociologia, considerando inclusive as novas possibilidades trazidas em termos de formação continuada de professores por meio do ProfSocio.

Na seção Resenhas, duas obras são apresentadas. Na primeira, Carolina Monteiro de Castro Nascimento e Diego Greinert analisam o livro *Medio siglo de la Sociología en la Argentina: ciencia, profesión y política (1957-2007)*, de Juan Pedro Blois, publicado em 2018. Na segunda, Camila Ferreira da Silva e Rodrigo de Macedo Lopes nos apresentam a coletânea *O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos*, organizada por Adélia Miglievich-Ribeiro e Manoel Matias Filho, de 2019.

Completando este número, Ana Martina Baron Engerhoff e Lígia Wilhelms Eras selecionaram para a Bibliografia Comentada algumas obras relevantes desse campo, apresentando-as aos leitores interessados no tema.

Espero que os leitores deste número possam aproveitar as discussões difundidas neste momento marcado por um amplo ataque às Ciências Humanas e Sociais, pela difusão do pensamento anticientífico. É preciso lembrar que produzir conhecimento acadêmico e reafirmar a relevância da Sociologia no espaço escolar deve ser compreendido como um ato de resistência intelectual.